

EDUCAÇÃO E CUIDADO DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS: PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE INFÂNCIA

RESUMO: Neste artigo apresenta-se um levantamento das pesquisas produzidas pelo Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenado por Fúlvia Rosemberg. Um dos enfoques das pesquisas realizadas no período de 2008 a 2016 visa à problematização da posição ocupada pela criança de 0 a 3 anos no âmbito das políticas públicas voltadas para a infância. Procura-se estudar o processo de construção social da infância no Brasil e problematizar questões acerca da educação e cuidado na creche. Para isso foram privilegiadas algumas categorias centrais de análise: a criança de 0 a 3 anos; a creche como direito da criança e da família; a infância e o campo das relações étnico-raciais. A análise dos dados se apoia nos aportes teórico-metodológicos de John B. Thompson e Fúlvia Rosemberg. Os resultados apontam que as sociedades ocidentais são adultocêntricas e que as relações de idade constituem uma categoria analítica útil para se compreender as desigualdades sociais. Afinal, os limites cronológicos da segmentação social que pode ser reconhecida nos ritos que acompanham o percurso educacional da infância, contribuem para a invisibilidade das crianças que neste subgrupo se encontram na faixa etária de 0 a 3 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, creche, relações étnico-raciais.

EDUCATION AND CARE OF CHILDREN FROM 0 TO 3 YEARS OLD: CONTEMPORARY RESEARCH ON CHILDHOOD

ABSTRACT: This article presents a survey of the research produced by the Center for Gender, Race and Age Studies (NEGRI), of the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), coordinated by Fúlvia Rosemberg. One of the approaches of the research carried out in the period from 2008 to 2016 aims at the problematization of the position occupied by children from 0 to 3 years in the scope of the public policies directed towards childhood. It seeks to study the process of social construction of childhood in Brazil and to problematize questions about education and care in day care. For this, some central categories of analysis were favored: the child from 0 to 3 years; day care as the right of the child and the family; childhood and the field of ethnic-racial relations. The analysis of the data is based on the theoretical-methodological contributions of John B. Thompson and Fúlvia Rosemberg. The results show that western societies are adult-centric and that age relations constitute a useful analy-

Marcos Antonio Batista da Silva¹

Pós-doutorando no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, Portugal

marcos.psyco@yahoo.com.br

Maria Silvia Ribeiro²

Doutoranda em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

mariesilvieribeiro@gmail.com

1 Integrante do projeto Politics “A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas. Financiamento: European Research Council. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil.

2 Bolsista CNPq.

tical category for understanding social inequalities. After all, the chronological limits of social segmentation that can be recognized in the rites that accompany the educational path of childhood, contribute to the invisibility of the children in this subgroup who are in the 0-3 age group.

KEYWORDS: Childhood, day care center, ethnic-racial relations.

INTRODUÇÃO

Durante seus 22 anos de existência, o Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), grupo de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, foi coordenado por Fúlvia Rosemberg. Ela foi uma grande pesquisadora, feminista, defensora dos direitos das crianças, especialmente daquelas de 0 a 3 anos. Também foi responsável pela formação de dezenas de mestres e doutores, homens e mulheres, negros e brancos. Além das discussões realizadas nos encontros do núcleo, Fúlvia Rosemberg sempre recebeu seus orientandos em casa para discussões e seminários nas férias, o que muito contribuiu para a produção de pesquisas coletivas.

Com o seu falecimento em 2014, o NEGRI deixou de existir institucionalmente. Porém, para os pesquisadores ali formados, o legado de Fúlvia Rosemberg continua, a exemplo do artigo de Ribeiro, Santos, Torres e Ferreira, publicado em 2015 sob o título “Estudos Sociais da Infância: uma revisão”, o qual resulta de um esforço conjunto, característico do NEGRI.

Ribeiro et al (2015) percorrem o caminho histórico da construção desse campo teórico no Brasil em interface com estudos europeus e norte-americanos e apresentam as contribuições de seus principais representantes. As autoras destacam que de certo modo, o NEGRI compartilha do enfoque teórico estrutural, ou seja, orienta-se às macroanálises das relações sociais utilizando métodos quantitativos (uso de técnicas em grande escala como dados demográficos, sociologia estatística) com o objetivo de ligar qualquer evento relevante observado ao nível da vida das crianças ao contexto macrosocial, a fim de compreender a relação com as estruturas e mecanismos sociais que operam nesse macrocontexto e geram impactos no grupo infantil. No entanto, as pesquisadoras esclarecem que o NEGRI tem uma perspectiva própria e inclui em suas análises categorias as quais revelam diferenças que

podem e devem ser analisadas. Por exemplo, desigualdades baseadas na diferença de escolaridade atingida por crianças de um modo geral e de um modo particular por meninos e meninas, brancas e não brancas, do campo e das cidades, de classes sociais distintas, bem como desigualdades de acesso intragrupos nessa etapa da vida chamada infância e que são, portanto, passíveis de análises críticas.

Esta perspectiva negriana apoia-se nos estudos de Rosemberg (1976, 1981, 1984, 2006, 2010, 2014), cujos argumentos sustentam a concepção de infância como uma construção social e que as relações de idade participam da construção da estrutura social, ao lado e em interação com as relações de classe, gênero, cor-etnia, região e Estado-nação. Ribeiro et al (2015, p. 39) esclarecem que a perspectiva do NEGRI concebe “as relações de idade (e não a infância) como estruturantes de relações de dominação, de modo equivalente (mas não idêntico e nem sempre complementar) às relações de classe, raça e gênero. Daí a própria denominação do núcleo de estudos”.

Vale destacar que a expressão “estrutura social” é utilizada com base nos aportes teóricos de Thompson (2009) e se referem às assimetrias relativamente estáveis que caracterizam os contextos sócio-históricos de interação e instituições sociais. Essas assimetrias se configuram em função da distribuição do acesso ao poder e às oportunidades sociais. Por isso, as pesquisas do NEGRI focam na análise da estrutura social para identificar assimetrias, suas categorias e princípios subjacentes.

Nota-se que o NEGRI utiliza a expressão “estudos sociais da infância” para caracterizar esse campo de conhecimentos a fim de destacar a proximidade com os estudos feministas e dar visibilidade às contribuições de outras áreas além das Ciências Sociais, em particular a Psicologia Social.

Ribeiro (2017) explica que a crítica feminista pode ser considerada como fonte de inspiração para o desenvolvimento do campo de estudos sociais da infância. O interesse pelas crianças encontrou sua fonte na sociologia anglossaxônica, na qual o feminismo floresceu mais cedo, notadamente pelos estudos de gênero. Os estudos sociais da infância, diferentemente dos estudos feministas, não se desenvolveram por meio de um movimento político para a libertação das crianças, mas de modo semelhante propõem uma ruptura epistemológica com os paradigmas naturalizantes e universais, cuja visão ainda permanece em muitos lugares, enfatizando a fonte biológica das identidades.

A mudança paradigmática é orientada pela crítica ao conceito tradicional funcionalista, que concebe a criança como objeto passivo no processo de socialização e aprendizagem regido por instituições (família, escola, Igreja, mídia, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos etc), sobre a qual o adulto imprime sua cultura. Os novos estudos rompem com abordagens tradicionais e enfatizam a necessidade de elaborar a reconstrução dos conceitos de infância e criança marcados por uma visão ocidental e adultocêntrica. Os pressupostos dos estudos sociais da infância estão fundamentados na concepção de criança como cidadã, sujeito de direitos, ator social ativo em seu processo de socialização, e de infância como construção social (RIBEIRO et al, 2015).

Partindo desse conjunto de pressupostos, as pesquisas do NEGRI buscam articular discussões sobre infância-adulter, pensada como relações de dominação em que as crianças estão sob o exercício do poder adulto. Esta perspectiva negriana associada à feminista defende a infância como construção social, atravessada por relações assimétricas de poder e ação na sociedade e, no campo científico, pela perspectiva adultocêntrica, predominantemente androcêntrica do conhecimento.

No bojo dessas discussões nota-se que o NEGRI considera que os bebês constituem uma das mais intensas alteridades para os adultos contemporâneos. Tanto que as pesquisas privilegiam o termo “bebês” para se referir à criança de 0 a 3 anos e têm a preocupação de visibilizar publicamente esse segmento etário e as questões relativas aos direitos e necessidades desse grupo. Para tanto focalizam a educação e cuidados em espaço público, mais precisamente na creche e analisam discursos proferidos por vários atores sociais.

O CORPUS DE PESQUISAS DO NEGRI

Para o desenvolvimento deste artigo foram selecionadas 15 produções desenvolvidas no NEGRI, as quais têm como contexto a infância. Esse conjunto de pesquisas é composto por dissertações e teses dedicadas à captação e interpretação de discursos proferidos por diversos atores sociais sobre a criança, sua educação e cuidado, apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1 Pesquisas do NEGRI sobre infância (1992-2016).

Ano	Autor/a	Tipo	Título
1992	Raquel de Oliveira	Dissertação	Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção.
1994	Eliana Oliveira	Dissertação	Relações raciais nas creches direta do município de São Paulo.
2008	Barbara Galvão	Dissertação	A criança pequena, seu cuidado e educação em discursos de homens-pais.
2010	Elaine Cardia Laviola	Tese	O bebê, sua educação e cuidado em discursos de mães de camadas médias.
2011	Leila Nazareth	Tese	Discursos sobre a creche na revista Pais e Filhos: análise da ideologia.
2011	Lourdes Pereira Queiróz Secanechia	Dissertação	Uma interpretação à luz da ideologia de discursos sobre o bebê e a creche captados em cursos de Pedagogia da cidade de São Paulo.
2011	Flávio Urra	Dissertação	Concepção de creche em revistas brasileiras de Pediatria: uma interpretação a partir da ideologia.
2012	Carla Pellicer dos Santos	Dissertação	Discursos sobre creche no Jornal Folha de S. Paulo on-line (1994-2009).
2013	Maria Eduarda Abrantes Torres	Dissertação	Discursos de avós sobre o bebê, sua educação e cuidado.
2014	Renata Ishida	Dissertação	Discursos de agentes comunitárias de saúde do município de São Paulo sobre creche.
2014	Marta Lucia da Silva	Dissertação	Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade.
2015	Rosana Capputi Borges	Dissertação	Concepções de diretoras de Centros de educação infantil paulistanos sobre creche, educação e cuidado de crianças pequenas de até 3 anos.
2015	Mauricio Muniz Reis	Dissertação	Discursos de mães sobre educação e cuidado do bebê de área rural.
2015	Angêla Cruz Santos	Dissertação	Discursos sobre bebê e creche na propaganda eleitoral de 2012 no Município de São Paulo
2016	Elizangela André dos Santos	Dissertação	Discursos de conselheiras de direito sobre educação e cuidado de crianças pequenas de zero a três anos.

Fonte: Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP/Elaborado pelo autor¹.

De maneira geral as pesquisas utilizaram o método da Hermenêutica de Profundidade (HP), fundamentado na proposta de Thompson (2009). Defende-se que esse referencial metodológico é importante para

¹ Disponível em: <<https://www.pucsp.br/biblioteca/campus-perdizes>>.

a análise de problemas sociais, uma vez que considera-se que o objeto da investigação é um território pré-interpretado pelos sujeitos que dele participam.

A HP desenvolvida por Thompson (2009) prevê inicialmente uma interpretação da *doxa*, uma hermenêutica da vida cotidiana, a qual permite captar os modos pelos quais as formas simbólicas são produzidas, circulam e são recebidas em contextos sociais concretos. Por formas simbólicas compreende-se um amplo conjunto de ações, expressões e falas, imagens e textos podendo ser, em sua natureza, linguísticas, não-linguísticas ou quase-linguísticas, sendo elas e os sentidos por elas mobilizados, constitutivos da realidade social.

Seguindo esse referencial metodológico, as análises empreendidas nas pesquisas se organizam em três fases distintas, porém complementares. Na primeira, a análise sócio-histórica, o enfoque se volta para reconstrução das condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.

Na segunda fase, “análise formal ou discursiva”, o interesse está na apreensão da organização interna das formas simbólicas e suas características, seus padrões e suas relações. Apreende-se que o NEGRI adota o procedimento da análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (2011) e Rosemberg (1981), a fim de sistematizar de maneira clara e objetiva para o leitor, os passos da pesquisa. Por fim, a fase da interpretação/reinterpretação corresponde a uma síntese criativa dos significados construídos ao longo das fases anteriores e trazem uma análise interpretativa do que está sendo representado ou dito. De modo geral, nas pesquisas do NEGRI as análises interpretativas são apresentadas nas considerações finais.

Um conjunto de pesquisas analisou discursos proferidos por familiares, focalizando os contextos urbanos e/ou rurais. Galvão (2008) e Laviola (2010) analisaram, respectivamente, em suas pesquisas, discursos de pais e mães brancos de camadas médias do Estado de São Paulo. Dentre os resultados, as autoras mostram o reduzido conhecimento e envolvimento desses atores sociais no que diz respeito às políticas de creche e aos direitos dos bebês. Ambas as autoras apreendem uma concepção de educação e cuidado fortemente vinculada ao espaço doméstico.

Torres (2013) analisou discursos de mulheres-avós sobre a educação e o cuidado de bebês. Foram entrevistadas quatro avós de meninos e meninas na faixa etária de 0 a 3 anos. Todas elas com nível superior

de escolaridade, residentes na cidade do Recife e pertencentes às camadas médias urbanas da população. A autora aponta que, de maneira geral, as avós dispunham de poucas experiências concretas ou informações atualizadas sobre a creche e as políticas de educação para a faixa etária de 0 a 3 anos, mas estavam conscientes da falta de vagas nas creches públicas. As avós também mencionaram que já haviam refletido sobre o direito do bebê à creche. Porém, não o compreendiam como um direito para todos os bebês, (inclusive seus próprios netos), apenas para as famílias com menos *status* social.

Em seu estudo, Torres (2013) frisa que para as avós entrevistadas, a mãe, no espaço privado de sua própria casa, seria a melhor opção de cuidado e educação do bebê até o ingresso na escola. A avó seria a segunda melhor opção. Outras alternativas foram levantadas como, por exemplo, a de uma babá. Por fim, a autora indica que, na opinião das entrevistadas, a creche seria a última alternativa, para casos em que as mães precisam trabalhar, mas não têm alguém de confiança com quem deixar seus filhos.

Vale ressaltar que estar na escola é um direito de toda criança, desde o seu nascimento, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) e registrado também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), bem como na Constituição Federal de 1988, na Seção I – da Educação, Artigo 208 – inciso IV, “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 38).

Em seu conjunto essas pesquisas indicam o desconhecimento de atores sociais adultos sobre o direito à creche, principalmente no caso de instituições públicas. Os bebês são geralmente descritos como frágeis e dependentes, e a concepção de creche é negativa, pois está associada à ideia de “risco” e de serviço de baixa qualidade, principal motivo pelo qual a ela é indicada apenas nos casos em que a mãe não tem condições de realizar a tarefa de educar e cuidar no espaço doméstico.

Nota-se um viés ideológico nos discursos proferidos pelos sujeitos entrevistados, em que pese, a responsabilidade pela educação e cuidado no âmbito familiar recai sobre as mulheres.

Reis (2015) se ocupou de discutir a creche e a criança pequena no contexto de famílias de zona rural e analisou discursos de mães em famílias agrícolas e residentes em área rural. Diferente dos resultados encontrados nas pesquisas citada anteriormente, as mães entrevistadas compreendem a creche pública como espaço apropriado para a educação

e o cuidado dos bebês e “veem a creche como local que proporciona tranquilidade para trabalhar sem a culpa de submeter os filhos, ainda pequenos, a grande carga de sofrimento” (REIS, 2015, p. 5). O autor conclui que “além das relações de gênero, raça e idade, a situação de domicílio também sustenta relações de desigualdade social” (REIS, 2015, p.5).

Outro conjunto de pesquisas, como a de Nazareth (2011), Urra (2011)² e de Santos (2012), deram ênfase aos discursos veiculados pelas mídias e analisaram discursos relacionados ao bebê e/ ou à creche, respectivamente na Revistas Pais & Filhos, revistas acadêmicas de Pediatria e no jornal Folha de S. Paulo *on-line*. Merece destaque no trabalho de Urra(2011) a discussão sobre a ética em pesquisa com crianças. Os/as autores/as apreendem que essas mídias dão pouca atenção à educação e ao cuidado dos bebês, e que produzem discursos os quais associam os bebês ao espaço doméstico, “mantendo a naturalização do cuidado materno como o único adequado, auferindo à creche reduzida visibilidade e estigmatizando-a como instituição de baixa qualidade” (SILVA, 2014, p. 17).

Em outro estudo, relacionado à área da saúde, Ishida (2014) investigou discursos de agentes comunitárias de saúde do município de São Paulo, sobre creche, a partir dos quais apreendeu uma concepção de creche cuja função principal está relacionada ao fato de suprir a necessidade das mães que trabalham.

No conjunto de pesquisas que analisaram discursos institucionais encontra-se os estudos de Secanechia (2011), Borges (2015) e de Santos (2016). Secanechia (2011) captou, descreveu e analisou discursos de professoras do curso de Pedagogia, bem como planos de ensino de disciplinas do referido curso. Borges (2015) captou, descreveu e analisou discursos proferidos por diretoras de Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Paulo sobre suas concepções a respeito da creche, do bebê, e sua educação e cuidado.

Em seus estudos, Secanechia (2011, p. 125-126) assinala que as professoras entrevistadas “são relutantes ao atendimento de bebês em creches, exceto quando as mães trabalhadoras necessitam que seus filhos sejam atendidos por essa modalidade de educação e cuidado”. Apreende-se, com o estudo, que as professoras entrevistadas conside-

2 <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16955/1/Flavio%20Urra.pdf>

ram a creche como “um mal menor” e que os planos de ensino do curso de Pedagogia dão pouca ênfase aos temas vinculados ao bebê e à creche. Na pesquisa de Borges (2015, p. 8), “a creche da rede direta foi associada à melhor opção de educação e cuidado, como um dever do Estado e direito do bebê”, por contar com docentes qualificados, com formação profissional continuada e serviços especializados.

Santos (2016) analisou discursos de conselheiras de direito sobre educação e cuidado de bebês e chamou a atenção para a importância da articulação e reivindicação dos movimentos sociais nos Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA). Vale ressaltar que os CMDCA devem desempenhar o controle social, bem como deliberar políticas em conformidade com o ECA. Os resultados obtidos na pesquisa de Santos (2016) indicam que a creche ainda não ocupou um lugar no CMDCA/SP.

Por outro lado, Santos (2015) focalizou o tratamento dado ao tema educação e cuidado do bebê e de crianças de até 3 anos nos discursos proferidos e veiculados em rádio, por candidatos e candidatas à prefeitura do município de São Paulo, na propaganda eleitoral de 2012. A autora constatou que, nas propagandas eleitorais, a creche esteve associada às necessidades de infraestrutura para o desenvolvimento local. A creche foi retratada como um local de atendimento destinado à população carente. Os resultados da pesquisa indicam que os bebês e suas famílias foram representados de forma genérica. O *corpus* analisado sustenta que os discursos proferidos nas campanhas eleitorais são ideológicos, pois produzem e reproduzem desigualdades de idade e não tratam o bebê como sujeito de direitos.

A infância na conexão com as relações étnico-raciais foi foco nas pesquisas de Oliveira (1992), Oliveira (1994) e de Silva (2014). A primeira versa sobre uma experiência de intervenção educacional, realizada por um grupo de professores negros da rede pública de ensino, do estado de São Paulo, na década de 1980. Em sua pesquisa, Oliveira (1992) procurou desvelar as formas de preconceitos vigentes na instituição escolar. O resultado desse trabalho forneceu novas pistas de análise sobre escolarização e exclusão de alunos negros do sistema de ensino, oferecendo, assim, valiosa contribuição para os estudos que vieram depois, sobre relações raciais na escola brasileira. Tanto que Oliveira (1994) investigou a composição racial de crianças que frequentavam as creches do município de São Paulo, utilizando-se da heteroatribuição de cor/raça para discutir a dinâmica das relações raciais nessas

instituições. A autora efetuou a análise de documentos e realizou entrevistas com profissionais das creches e técnicos da administração central. Essa pesquisa apresenta evidências racialmente discriminatórias no plano das políticas e das relações interpessoais nas creches. De um modo geral, as sofisticadas e complexas análises sobre o processo classificatório de cor/raça no Brasil se referem, preferencialmente, ao mundo adulto.

Posteriormente, Silva (2014) analisou discursos de mulheres negras, mães de bebês, pertencentes às camadas médias urbanas, residentes na cidade de São Paulo. Nos resultados obtidos, a autora aponta que os bebês são mencionados como sendo um ser em desenvolvimento, frágil, dependente de adultos, necessitam de cuidados mais intensos e específicos. A creche pública aparece como opção positiva de educação e cuidado, como um dever do Estado e direito do bebê como cidadão. No que tange à temática das relações étnico-raciais, a autora apreendeu que “os discursos são diferenciados com reconhecimento do racismo e desigualdades entre negros e brancos na sociedade, e que as reivindicações do movimento negro são mais direcionadas ao mundo do adulto do que ao bebê” (SILVA, 2014, p. 10).

Nota-se que os mais recentes estudos do NEGRI, adotam o conceito de raça a partir da perspectiva de autores tais como: Guimarães (2003), Munanga (2003), os quais concebem a noção de raça como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas observadas na sociedade brasileira. É importante destacar que do ponto de vista sociológico, o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais para informar como determinadas características físicas (fenótipo) influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos.

No que se refere ao racismo, o NEGRI adota uma concepção que integra as dimensões estrutural e simbólica para compreender a produção e reprodução das desigualdades raciais, fundamentada nos aportes de Essed (1991), Rosemberg et al. (2003) e Guimarães (2005),

No plano simbólico, vivemos em sociedade que produziu e se sustenta em uma ideologia da superioridade natural dos brancos sobre os demais, inclusive dos negros. No plano simbólico, o racismo opera ainda via expressão aberta, latente ou velada, de preconceito racial considerando o grupo social negro como inferior ao branco (ROSEMBERG, 2011, p. 30-31).

Essa perspectiva negriana permite sustentar um olhar analítico e político acerca das relações sociais, aplicado na descrição e interpretação das desigualdades estruturais e simbólicas, no modo como são produzidas e sustentadas na sociedade brasileira, bem como refletir sobre estratégias para seu combate e superação.

Ao voltar seu olhar para a produção de conhecimentos e práticas políticas, Rosemberg (2011) argumenta que “os bebês constituem categoria social discriminada” e aponta carências a serem superadas no plano do conhecimento, devido em grande parte à “pequena aproximação entre os campos dos estudos sociais sobre infância e das relações raciais (em ambos os sentidos)”. Isto é, a temática das relações raciais no campo científico está voltada para a etapa de vida adulta.

[...] assistimos, apenas recentemente, a um crescente, porém ainda reduzido, número de pesquisadores(as) negros(as) e brancos(as) a se envolver com o tema da educação infantil, da creche, das crianças pequenas no contexto das relações raciais e do combate ao racismo (ROSEMBERG, 2011, p. 18).

A autora aponta ainda que ao postular apenas as relações de poder nas dimensões classe, gênero e raça como articulações complexas, ignora-se as relações que envolvem grupos etários como uma das dimensões constitutivas dessa teia complexa de poder na realidade social, pois, as diferentes formas de desigualdade não atingem as pessoas durante sua trajetória de vida da mesma forma e com o mesmo impacto. Daí a necessidade de se atentar à dinâmica intergeracional, de tratar da recíproca crianças-adultos. “[...] a saída do campo familiar traz uma complexidade (e conseqüentemente riqueza) maior: é fora dele que se podem observar, nas sociedades contemporâneas, outras combinações entre poder, gênero (raça) e idade (ROSEMBERG, 1996, p. 21, grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral o *corpus* científico do NEGRI, aqui apresentado, contribui para uma revisão da literatura sobre educação e cuidado na creche, de maneira que faz-se um convite aos leitores para consultarem e lerem tais trabalhos, os quais constam da plataforma *on-line* da Biblioteca da PUC-SP.

As análises apontam que as sociedades ocidentais contemporâneas são adultocêntricas e que nelas os bebês constituem um grupo social discriminado. No círculo de debates sobre políticas públicas para a infância nota-se que a crescente demanda por creches indica uma tendência das famílias contemporâneas a buscar parcerias para compartilhar cuidados e educação de crianças. No entanto, de acordo com Rosemberg (2011), o Brasil contemporâneo é sublinhado por uma tensão que se reflete nas políticas e práticas de educação infantil, em especial nas políticas para a creche: por um lado, há uma legislação avançada que reconhece direitos a todas as crianças; por outro lado, há um quadro de intensas desigualdades entre as idades e os diferentes segmentos sociais, dificultando, na prática, o reconhecimento pleno de sua cidadania. Entende-se que, apesar dos avanços na legislação brasileira nos últimos anos, na prática, a creche, como espaço institucional de educação e cuidado para a criança entre 0 e 3 anos de idade, ainda não constitui um direito educacional.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/constituicao/constiui%20C3%A7ao.htm > . Acesso em 23 ago. 2018.
- _____. [Estatuto da Criança e do Adolescente (1996)]. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- BORGES, R. C. **Concepções de diretoras de centros de educação infantil paulistanos sobre creche, educação e cuidado de crianças pequenas de até 3 anos**. 2015, 270f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2015.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > . Acesso em 04 mai. 2017.
- GALVÃO, B. **A criança pequena, seu cuidado e educação em discursos de homens-pais**. 2008. 201f. Dissertação (Mestrado em Psicologia

- Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27901> > . Acesso em: 04 mai. 2018.
- _____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ISHIDA, R. **Discursos de agentes comunitárias de saúde do município de São Paulo sobre creche**. 2014. 197f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LAVIOLA, E. C. **O bebê, sua educação e cuidado em discursos de mães de camadas médias**. 2010. 434f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: PENESB, 2003. Disponível em < <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> > . Acesso em: 20 mar. 2018.
- NAZARETH, L. **Discursos sobre a creche na revista Pais e Filhos: análise da ideologia**. 2011. 191f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- OLIVEIRA, E. **Relações raciais nas creches diretas do município de São Paulo**. 1994. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, R. **Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção**. 1992. 266f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- REIS, M. M. **Discursos de mães sobre educação e cuidado do bebê de área rural**. 2015. 216f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RIBEIRO, M. S.; SANTOS, C.P; TORRES, M.E.A; FERREIRA, A.A. Estudos sociais da infância: uma revisão. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, S. (Org.). **Escritos de Fúlvia Rosenberg**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2015. p.29-59.
- RIBEIRO, M.S. Infância: **Crianças como guardiãs da sustentabilidade do futuro?** 2017 (em mimeo).

- ROSEMBERG, F. **Análise de conteúdo em literatura infanto-juvenil:** reflexões sobre a escolha da amostra. Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, Rio de Janeiro, n.35, p. 16-20, 1976.
- ROSEMBERG, F. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. **Cadernos CERU**, São Paulo, n.16, p. 69-80, nov. 1981.
- _____. O movimento de mulheres e abertura política no Brasil: o caso das creches. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n.51, p. 73-79, 1984.
- _____. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 7 n.3 [21], p. 17-23, nov. 1996.
- _____. Estatísticas educacionais e cor/raça na educação infantil e ensino fundamental: um balanço. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 17, n.33, p. 15-42, 2006.
- _____. Tendances et tensions de l'éducation de la petite enfance brésilienne. **Revue Internationale d'Éducation Sèvres**, v. 53, p. 119-129, 2010.
- _____. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, M. A. Si. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011.
- _____. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 742-759, Sept. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/198053142856>.
- ROSEMBERG, F.; ARTES, A. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, M. C. S. et al. (Org.). **Oferta e demanda de Educação Infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 13-69.
- ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. V. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan/jun 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 mai. 2017.
- SANTOS, A. C. **Discursos sobre bebê e creche na propaganda eleitoral de 2012 no Município de São Paulo**. 2015. 180f. Dissertação

- (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SANTOS, C. P. **Discursos sobre creche no Jornal Folha de S. Paulo online (1994-2009)**. 2012. 202f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SANTOS, E. A. **Discursos de conselheiras de direito sobre educação e cuidado de crianças pequenas de zero a três anos**. 2016. 179f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SECANECHIA, L. P. Q. **Uma interpretação à luz da ideologia de discursos sobre o bebê e a creche captados em cursos de pedagogia da cidade de São Paulo**. 2011. 227f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SILVA, M. L. **Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade**. 2014. 230f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TORRES, M. E. A. **Discursos de avós sobre o bebê, sua educação e cuidado**. 2013. 237f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- URRA F. **Concepção de creche em revistas brasileiras de Pediatria: uma interpretação a partir da ideologia**. 2011, 201f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

Submetido em: 26/03/2018
Aceito em: 23/06/2018

